

DESIGUALDADE E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL DA POPULAÇÃO NEGRA NA CIDADE DE SÃO PAULO

Rogério Tineu¹

Christina Maria De Marchiori Borges²

Resumo

Este trabalho discute a condição do negro na cidade de São Paulo sob o ponto de vista da desigualdade e da decorrente segregação socioespacial. Analisa tais condições a partir de indicadores socioeconômicos relativos à educação, renda, moradia e trabalho.

Palavras-chave: Segregação. Desigualdade. Racismo.

Abstract

This paper discusses the condition of the black people in the city of São Paulo from the point of view of inequality and the resulting socio-spatial segregation. It analyzes these conditions based on socioeconomic indicators related to education, income, housing and work.

Key words: Segregation. Inequality. Racism.

INTRODUÇÃO

O artigo trata dos aspectos relativos à desigualdade e à segregação socioespacial existentes entre as populações de negros e de brancos da cidade de São Paulo, também apresenta como esses aspectos se manifestam no espaço urbano ao separarem em territórios distintos da cidade, o negro pobre da porção mais rica e branca da população.

O estudo utiliza-se de algumas categorias analíticas tais como periferia, segregação, pobreza, desigualdade social e desigualdade de acesso, fundamentais e necessárias para a apresentação e o entrelaçamento das variáveis socioeconômicas relativas à educação, trabalho, renda e moradia da população negra da cidade de São Paulo.

¹ Doutorando no Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais- PUC/SP. Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo-ECA, especialista em Docência no Ensino Superior pela Universidade Cidade de S. Paulo, graduado em Ciências Econômicas pela Fundação Santo André. É professor dos cursos de graduação e pós-graduação do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo e da Universidade Cidade de S. Paulo - UNICID.

² Doutoranda no Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais- PUC/SP. Mestre em Antropologia- PUC/SP. Pesquisadora, docente e Socióloga Pós-Graduada em Globalização e Cultura- pela FESP/SP.

De acordo com os dados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE, a cidade de São Paulo conta com 11.253.503 habitantes e é a maior metrópole do país. A capital do estado mais populoso do país concentra cerca de 6% da população brasileira estimada em 202,77 milhões de habitantes pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

MAPA 1- SUBPREFEITURAS DA CIDADE DE SÃO PAULO



Fonte: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/subprefeituras/mapa/index.php?>
Acessado em 29/11/2016.

Segundo a autodeclaração de cor o estudo “Igualdade Racial em São Paulo: Avanços e Desafios”, com base no Censo Demográfico, revela que 37% dos recenseados são negros (soma de pardos e pretos), 2,2%, amarela e 60,6% branca. Embora haja predomínio de pessoas brancas na cidade de São Paulo, o percentual de autodeclarados negros é expressivo, representando mais de um terço dos moradores na metrópole.

As subprefeituras que foram utilizadas como unidades de análise, são divisões espaciais dentro do município de São Paulo que possuem autonomia administrativa em relação ao poder central, a Prefeitura Municipal. Essas subprefeituras cuidam das questões territoriais e populacionais locais, como: manutenção do sistema viário, rede de drenagem, limpeza urbana, vigilância sanitária e epidemiológica e atendem as demandas da população dentro de sua jurisdição. A cidade possui 31 subprefeituras (ver Mapa 1) que, por sua vez, são divididas em distritos que compõem 96 subdivisões administrativas.

1. CATEGORIAS DE ANÁLISE

Periferia

Marques (2005: 30-31) afirma que para alguns autores e pesquisadores dos estudos urbanos brasileiros, a periferia é definida “como o local onde as rendas diferenciais tendem a zero”. Para outro grupo de autores, a periferia é o espaço onde são registradas diversas extorsões produzidas pelo capitalismo periférico, é praticado em países subdesenvolvidos e em desenvolvimento pelas forças do capitalismo central na forma de um poder hegemônico.

No âmbito das cidades e regiões metropolitanas, a periferia é entendida como o local onde se associam loteamentos irregulares, população operária, autoconstrução e ausência de Estado, portanto, a periferia não é necessariamente o local de moradia distante situado na franja da cidade, também são as áreas de cortiços, favelas e ocupações de prédios nas regiões deterioradas e abandonadas pelo capital e pelo Estado em regiões centrais da cidade. Como exemplo, na cidade de São Paulo, em sua região central, antes rica e local de moradia da elite, tem-se hoje a cracolândia e a favela do Moinho. As periferias de São Paulo denotam aos pesquisadores que a frequentam, um espaço heterogêneo, fato que supera a visão predominante de homogeneidade das periferias.

Segregação

O conceito de segregação social para Marques (2005) implica na ideia de isolamento, o que pode remeter ao gueto ou cidadela, imposto por forças sociais dominantes aos grupos sociais de menor poder que são apartados involuntariamente do convívio social, a exemplo do que ocorreu com os judeus em Varsóvia e em Veneza. A segregação, por parte de quem a pratica, com o sentido de isolar-se, a autosegregação, pode ser entendida como um ato consciente, intencional e voluntário e que ocorre em

Submetido em Abril de 2016, Aprovado Junho de 2016, Publicado Jan 2017

condomínios fechados norte-americanos e brasileiros. Este artifício usado como dispositivo para os indivíduos estarem “iguais”, distanciam-se da vida das ruas e do convívio com estranhos, Caldeira (2000) os nomeou de “enclaves fortificados”.

Em um segundo sentido, segregação significa desigualdade de acesso que pode designar dificuldade de acesso a políticas públicas ou de condições de vida de maneira geral.

Um terceiro sentido retrata a segregação como separação, ou homogeneidade interna e heterogeneidade externa na distribuição dos grupos sociais no espaço urbano. Esse sentido de segregação segue a literatura de língua inglesa, tratando-se de uma investigação dos padrões de semelhança e diferença na distribuição dos grupos sociais no espaço urbano de acordo com os seus padrões de renda, raça, escolaridade etc.

Segundo Villaça (2012), a segregação sempre possui um desdobramento no espaço físico das cidades, sendo visível a identificação de quais são as áreas habitadas pelos ricos e brancos e pelos pobres e negros, pois nessa última perspectiva há uma imbricação entre pobreza e cor.

Telles (2003: 173) explica que as origens da segregação racial no Brasil estão ligadas às razões econômicas, ao racismo no mercado imobiliário e a etnicidade.

Em relação às consequências da segregação racial no Brasil Telles (2003: 179) expõe seus argumentos a seguir:

A segregação racial tem consequências importantes no desenvolvimento da comunidade afro-brasileira e na sua participação na sociedade brasileira. A segregação geralmente se traduz em desigualdades no acesso ao mercado de trabalho e de consumo, mercados tendem a se localizar dentro ou perto dos bairros de brancos de classe média (ou da classe trabalhadora), assim como também no acesso a escolas hospitalares e à proteção policial e do corpo de bombeiros. Psicologicamente, a segregação restringe o contato com pessoas de classe média que sirvam de modelo, inibindo ainda mais a mobilidade social, na medida em que as oportunidades de interações inter-raciais e inter-classes são reduzidas.

De maneira análoga, a segregação socioespacial para Marques (2005: 42-45) provoca uma menor sociabilidade do indivíduo da periferia o que reduz a sua rede de contatos, restringindo, portanto, as várias oportunidades de acesso ao emprego, a outros grupos sociais, a espaços físicos e sociais da metrópole; restringe ainda as oportunidades de mobilidade social o que perpetua a sua situação de pobreza e vulnerabilidade. A segregação, ainda, reduz o sentimento de pertencimento desse jovem pobre da periferia o que se agrava ainda mais quando ele é negro, pois passa a sofrer outros tipos de discriminação, além de sua condição econômica e de local de moradia. De forma geral, o pobre é definido pelos bens materiais que não possui e não pelo que efetivamente tem.

Submetido em Abril de 2016, Aprovado Junho de 2016, Publicado Jan 2017

As causas da segregação podem ser descritas, de acordo com Marques (2005), em quatro grandes grupos: a) dinâmica econômica – envolve o mercado de trabalho e a própria estrutura social; b) dinâmica do mercado de terras – determinada pela ação dos produtores do espaço urbano e da produção da moradia; c) o Estado e suas políticas públicas; d) o ordenamento jurídico brasileiro e a aplicação das leis por parte do judiciário em relação à sociedade brasileira levando-se em consideração o tradicionalismo, o patrimonialismo, a hierarquia social e o preconceito.

Pobreza

Esse tema é carregado de interesses políticos e sofre a influência direta de conteúdos ideológicos. Sofre a disputa de diversos atores políticos já que sua definição interfere diretamente no repasse de verbas públicas para o desenvolvimento de políticas públicas para combatê-la. O primeiro desafio, antes mesmo de combater a pobreza, é definir como será feita sua mensuração.

Para Barros, Henriques e Mendonça (2000) não é possível enquadrar o conceito de pobreza em uma definição única e universal. Ela se refere a situações de carência em contextos históricos específicos e diversos em que os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida para atender às necessidades. Assim, a abordagem conceitual da pobreza absoluta requer a construção de uma medida invariante no tempo das condições de vida dos indivíduos em uma sociedade, sendo que a noção de linha de pobreza pode equivaler a esta medida. Uma linha de pobreza pode ser o parâmetro que permite a uma sociedade específica considerar como pobres todos aqueles indivíduos que se encontrem abaixo do seu valor.

A pobreza pode ser considerada como insuficiência de renda e, desta feita, há pobreza apenas na medida em que existem famílias vivendo com renda familiar *per capita* inferior ao nível mínimo necessário para que possam satisfazer suas necessidades mais básicas. A dimensão da pobreza está diretamente relacionada ao número de pessoas vivendo em famílias com renda *per capita* abaixo da linha de pobreza e à distância entre a renda *per capita* de cada família pobre e a linha de pobreza. Os resultados das Pnads (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) apontam que, em 1998, cerca de 14% da população brasileira vivia em famílias com renda inferior à linha de indigência e 33% em famílias com renda inferior à linha de pobreza. No ano de 2015, a linha da pobreza no Brasil esta fixada pelo governo federal em R\$ 154,00 *per capita*. Em 2014, a pobreza e a

pobreza extrema no Brasil eram estimadas em 7,4% e 2,8%, respectivamente. Já no ano de 2015, os valores registraram um salto para 8,7% e 3,4%.

A pobreza nas sociedades modernas não é somente o estado de despossuir, afirma Paugam (2003: 45) que ela corresponde a um *status* social específico, inferior e desvalorizado, que marca profundamente a identidade de todos os que vivem essa experiência. Segue Paugam, a pobreza como desqualificante refere-se aos indivíduos que vivem em condições precárias e seus modos de vida são vistos, por aqueles que não são pobres, como ameaça à coesão social. Ou seja, ao existir e manter-se a precarização da vida sob o aspecto socioeconômica, revela à sociedade todo um contingente de indivíduos que, por terem sido expulsos do mercado de trabalho, sofrem com a diminuição sensível da capacidade de consumo, tornam-se economicamente desnecessários e supérfluos a essa sociedade. Se já não bastasse essa condição de não consumidor, de paria da sociedade, esses pobres são expostos a um modo de vida caracterizado pela instabilidade conjugal, pelo baixo nível de participação nas atividades sociais e por uma vida familiar inadequada.

Desigualdade social e de acesso

Segundo afirma Marques (2005: 41-43) a desigualdade social é a existência de características sociais distintas entre os diversos grupos sociais estabelecidas por alguma clivagem contínua ou dicotômica, como nas questões de diferenças salariais entre gênero ou raça, desigualdades que se estabelecem em função do local de moradia ou de trabalho no espaço urbano. A desigualdade das estruturas urbanas pode provocar um efeito cumulativo sobre os grupos sociais que se movimentam no território da metrópole, aprofundando e cristalizando tais desigualdades.

Ainda para Marques, a desigualdade de acesso surge da relação entre segregação e pobreza (ou desigualdade espacial), divide-se em dois tipos: a) acesso ao mercado de trabalho que gera oportunidades diferenciadas ou uma estrutura de oportunidades; b) acesso às políticas públicas que geram as amenidades e os serviços que caracterizam a vida urbana, minimizando a vulnerabilidade. A redução da desigualdade aumenta a sociabilidade entre os diversos grupos sociais da metrópole ao valorizar as peculiaridades, as especificidades de cada grupo. O acesso ao trabalho, à cultura, à cidade aumenta a autoestima do indivíduo e melhora seu bem estar, o coloca como protagonista na vida da cidade, por outro lado, quando não há todo esse intercâmbio com os demais grupos sociais o jovem tende a valorizar mais seu bairro, sua produção cultural, vendo na arte e na cultura

Submetido em Abril de 2016, Aprovado Junho de 2016, Publicado Jan 2017

as únicas maneiras de suplantar as adversidades, porém, o jovem da periferia precisa de oportunidades diversas a fim de se tornar um agente transformador da sua própria realidade e da sociedade.

A relação entre segregação e pobreza produz, por sua vez, a desigualdade de acesso às oportunidades do mercado de trabalho, aos bens e espaços da cidade e aos benefícios advindos das políticas públicas. A desigualdade de acesso pode estender-se ainda também às proteções e cuidados oferecidos pelos serviços coletivos cuja finalidade é minimizar a vulnerabilidade e violência social sofrida por alguns grupos desprivilegiados.

2. O NEGRO E AS FACES DA DESIGUALDADE EM SÃO PAULO

2.1 EDUCAÇÃO

Nas últimas duas décadas observou-se uma evolução significativa do acesso do jovem negro de 18 a 24 anos na universidade no Brasil. Os dados totais da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) para o Brasil apontam que em 1993 apenas 1,5% dos jovens negros estavam na universidade contra uma proporção de 7,7% dos jovens brancos. Em 2002 a proporção salta para 3,8% de negros e 15% de brancos. Já, em 2013, as proporções são ainda maiores, mas mesmo assim a desigualdade permanece, pois 40,7% dos jovens negros de 18 a 24 aparecem matriculados no ensino superior e o número de jovens brancos chega a 69,4% nesse grupo.

GRÁFICO 1- EVOLUÇÃO DO NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS INDIVÍDUOS ENTRE 18 A 39 ANOS MORADORES DA CIDADE DE SÃO PAULO



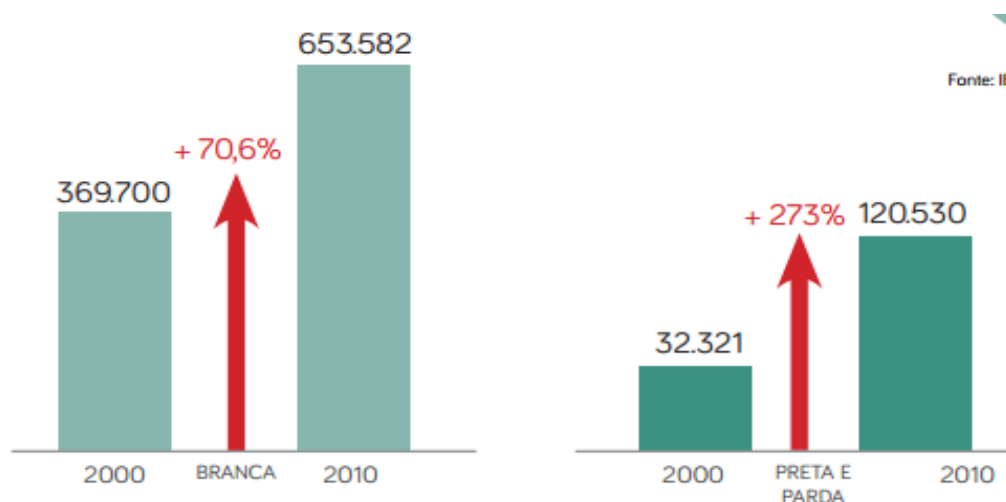
Fonte: SMPPIR

Essa evolução do acesso à educação também se evidencia junto aos moradores da cidade de São Paulo. Os dados da Secretaria Municipal da Promoção da Igualdade Racial mostram que no ano de 2000, 12,4% dos cidadãos brancos com idade entre 18 e 39 tinham formação superior contra apenas 2,2% da população negra. Em 2010, as proporções são de 23,6% de brancos e 6,4% de negros com formação superior na cidade de São Paulo, conforme indica o Gráfico 1.

Em números absolutos o incremento de brancos com nível superior é de 283.882, o que significa um aumento da ordem de 70,6% para o período 2000-2010, já para os negros o aumento é de 273% ou um incremento de 88.209 indivíduos negros com diploma universitário (ver Gráfico 2). De maneira geral, para o ano de 2010, entre a população de 18 a 39 anos na cidade de São Paulo tinha-se 653.582 brancos com nível superior contra 120.530 negros (ver Gráfico 2).

Há um aumento lento e contínuo do jovem negro à universidade, mas que ainda permanece muito distante das oportunidades encontradas pelos jovens brancos.

GRÁFICO 2- EVOLUÇÃO DO NÍVEL DE ESCOLARIDADE POR RAÇA DOS INDIVÍDUOS ENTRE 18 A 39 ANOS MORADORES DA CIDADE DE SÃO PAULO



Fonte: SMPIR

O estudo de Baptista e Borin (2015) sobre a organização social do território e a desigualdade de oportunidades educativas constata que as melhores condições educacionais estão nos espaços mais privilegiados reforçando a tese do educador Anísio Teixeira sobre a “escola seletiva”, que reproduz a segregação por meio da educação ao oferecer melhores condições educacionais a quem já detém melhores condições de vida.

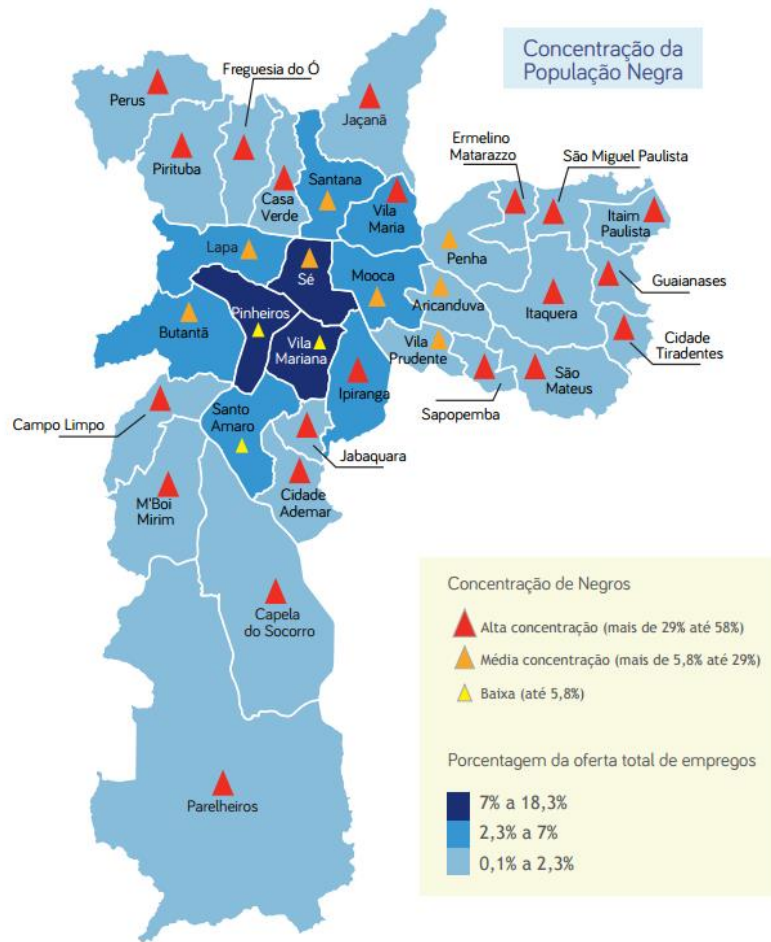
A educação de forma geral, sobretudo a de nível superior, é um caminho para a redução das consequências da segregação, ao inserir o negro no mercado de trabalho de maneira competitiva disputando os cargos profissionais mais bem remunerados.

2.2 TRABALHO

De acordo com a pesquisa da SMPIR - Secretaria da Promoção da Igualdade Racial, os bairros contidos nas subprefeituras de Sé, Vila Mariana e Pinheiros concentram 42% das ofertas de empregos da cidade de São Paulo. Entretanto, essas áreas centrais são bastante distantes dos locais de moradias da população negra, que habita regiões periféricas da cidade (ver Mapa 2), exemplo são os bairros das subprefeituras da zona leste: Itaquera, Guaianazes, Cidade Tiradentes, São Miguel Paulista e Itaim Paulista que distam a mais de 20 quilômetros dos bairros que concentram as maiores ofertas de emprego. O mesmo vale para os bairros das subprefeituras da zona sul como: Parelheiros, M’Boi Mirim, Campo Limpo e Capela do Socorro.

MAPA 2- SUBPREFEITURAS QUE CONCENTRAM EMPREGOS E LOCAIS DE MORADIA DOS NEGROS

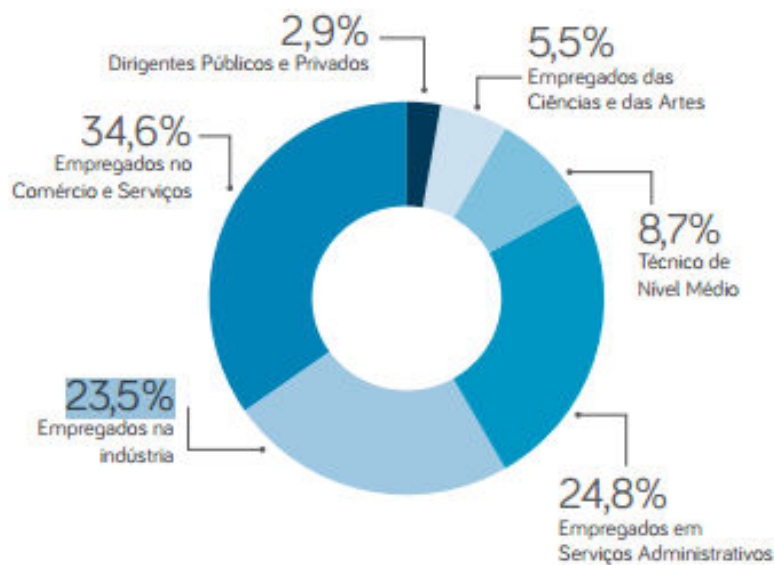
Submetido em Abril de 2016, Aprovado Junho de 2016, Publicado Jan 2017



Fonte: SMPPIR

O Gráfico 3 aponta que, 32% dos empregados em São Paulo são negros que exercem funções nos setores do comércio e de serviços (34,6%), serviços administrativos (24,8%) e indústria (23,5%). O estudo constatou que apenas 3% dos negros ocupam cargos de chefia e da alta administração em empresas públicas ou privadas.

GRÁFICO 3 – GRUPOS OCUPACIONAIS DOS EMPREGADOS NEGROS



Fonte: SMPIR

As informações aqui apresentadas sobre a RMSP foram extraídas dos relatórios do Dieese (2017a) e (2017b). O estudo realizado envolve as regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e o Distrito Federal.

Segundo esses relatórios, a desigualdade no acesso a uma ocupação e a disparidade nas condições de trabalho creditadas às diferenças de cor têm ocupado papel de destaque nas agendas de pesquisas e estudos de diversas instituições. Assim, para analisar a persistência desvantajosa vivenciada pelos negros nos mercados de trabalho mais dinâmicos do país, os dados retratam o desequilíbrio existente na valoração do trabalho entre os grupos de cor da força de trabalho ocupada no biênio 2014-2015.

De forma genérica, no biênio 2014-2015 houve aumento nas taxas de desemprego de negros e não negros nas quatro regiões com dados comparáveis. Em Fortaleza, São Paulo e Porto Alegre o acréscimo foi maior para os negros, em Salvador foi maior para os não negros. Em quase todas as regiões as mulheres negras convivem com as maiores taxas de desemprego e os homens não negros com as menores taxas.

Especificamente para a RMSP a taxa de desemprego total em 2014 foi de 10,8%, o da população negra 12,9% contra 10,1% da população não negra. O ano de 2015 houve aumento generalizado da taxa de desemprego, a taxa total 13,2%, a dos negros 14,9% e dos não negros 12%, mantendo-se a tendência de maior desemprego entre os negros.

As mulheres negras são as que possuem os maiores níveis de desemprego, 16,3% para o ano de 2015 na RMSP, em seguida os homens negros 13,7%, as mulheres não negras 12,85% e os homens não negros 11,2%.

A ocupação por setor de atividade em 2015, para a RMSP, mostra que houve relativo equilíbrio de empregados entre negros e não negros. Por exemplo, 64% dos negros estavam ocupados no setor privado, já os não negros 62%. 55,7% dos negros tinham a carteira assinada contra 54,4% dos não negros, porém, 8,35% dos negros estavam sem carteira assinada, para os não negros é menor, 7,6%.

Os dados mais discrepantes sobre ocupação dizem respeito aos empregados domésticos, 8,7% dos negros ocupam essa função contra 4,7% dos não negros. Para as mulheres o fato se repete, 18,% das mulheres negras são domésticas contra 9,7% das não negras.

Os negros se concentram nas ocupações de menor prestígio e valorização, nos mercados metropolitanos grande parte dos trabalhadores encontra-se ocupada em um determinado grupo de ofícios, muito característicos de cada um dos grandes setores de atividade econômica, e que compõem a base da estrutura ocupacional urbana do país. São ocupações cujo desenvolvimento recorrentemente envolve ações repetitivas e oferece uma pequena, senão nula, margem para decisões e para criatividade.

Na RMSP 67,4% dos negros se ocupam das funções de pedreiros, serventes, pintores, caiadores e trabalhadores braçais na construção civil, o número de não negros ocupados nessas funções é menor, 52,6% do total da população não negra. O mesmo padrão repete-se para as ocupações de frentistas, repositores de mercadorias no comércio, faxineiros, lixeiros, serventes, camareiros e empregos domésticos, ou seja, 22,8% dos negros se ocupam dessas funções contra e 11,1% de não negros.

Apresentado em um ordenamento hierárquico, o modo como os empregados se distribuem nas ocupações metropolitanas ampliam a interpretação sobre o lugar dos grupos de cor na escala produtiva, ao revelar discrepâncias entre os postos alcançados por negros e não negros em suas carreiras. Em 2011-2012, pretos e pardos estavam massivamente envolvidos na execução de tarefas e escassamente engajados em postos de Direção e Planejamento. Nas ocupações de Apoio, negros e não negros se apresentam de modo equivalente. A Região Metropolitana de São Paulo exemplifica esta situação, com 61,1% dos negros absorvidos em atividades de execução e 5,7% nas de gestão, ao passo em que contabilizava, respectivamente, 52,1% e 18,1% de não negros nestas inserções.

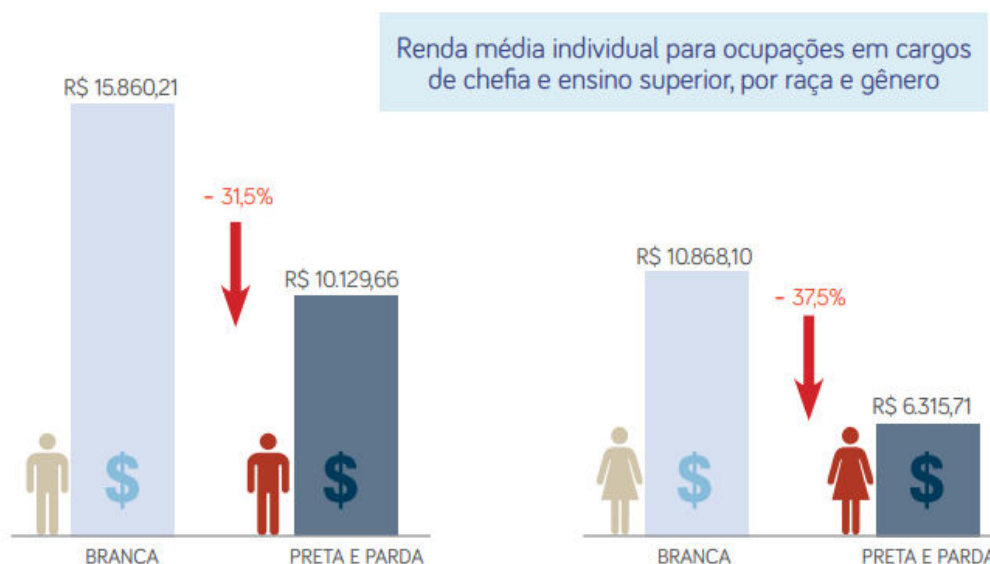
Em atividades de apoio, de modo equilibrado, estavam 24,7% dos negros e 23,3% dos não negros.

2.3 RENDA

De acordo com o estudo da SMPPIR, os domicílios chefiados por homens negros apresentam rendimento domiciliar 2,6 vezes menor do que os chefiados por homens brancos, R\$ 3.180,81 e R\$ 8.225,23 respectivamente. Para as mulheres, o padrão se repete: nos domicílios chefiados por mulheres brancas, o rendimento domiciliar é 2,3 vezes maior do que os chefiados por mulheres negras, R\$5.643,66 e R\$2.484,12 respectivamente.

A tendência de rendimentos menores dos negros também se verifica mesmo em cargos de chefia, mesmo quando exigem maior escolaridade. Um trabalhador negro, com curso superior completo, com responsabilidades de chefia e gerenciamento ganha, em média, 31,5% a menos que um trabalhador branco com os mesmos requisitos. Para as mulheres negras com o mesmo perfil de escolaridade e exigência profissional a desigualdade é mais acentuada, recebendo 37,5% a menos que uma trabalhadora branca, conforme apresentado no Gráfico 4.

GRÁFICO 4 - RENDA MÉDIA INDIVIDUAL PARA OCUPAÇÕES EM CARGOS DE CHEFIA E ENSINO SUPERIOR POR RAÇA E GÊNERO



Fonte: SMPPIR

A renda média dos domicílios deflacionada para o mês de julho de 2014 (ver Mapa 3) decresce conforme aumenta a presença da população negra em cada subprefeitura sempre do centro para os bairros periféricos, ou seja, quanto maior é a porcentagem negro menor é a renda domiciliar na subprefeitura.

Na subprefeitura de Pinheiros e Vila Mariana (compostas por mais de 90% de brancos e cerca de 7% de negros) existe diferença na renda por domicílio mesmo quando se mantém o nível da oferta de emprego e educação. Os domicílios que têm o branco como chefe de família, a renda média é de R\$ 17.737,14, enquanto que no domicílio chefiado pelo negro e, também morador de Pinheiros, tem renda média de R\$ 9.228,74, portanto 1,9 vezes menor. Mesmo nas subprefeituras de Parelheiros (57,1% negros) e Cidade Tiradentes (55,4% de negros), ambas de maioria negra a desigualdade de renda se mantém, a renda média do domicílio chefiado por branco é R\$ 2.254,87 e do negro é R\$ 1.780,76, 1,2 vezes menor.

MAPA 3 – RENDA MÉDIA DOS DOMICÍLIOS DA CIDADE DE SÃO PAULO POR SUBPREFEITURA



Fonte: SMPPIR

2.4 MORADIA

A população negra da cidade de São Paulo em sua maioria reside na periferia, constituindo-se parcela mais pobre da população residente nas franjas da cidade de São Paulo e nos municípios limítrofes da Capital.

Desenha-se, portanto, o processo de segregação urbana e desigualdade, com exceção a alguns bairros centrais da cidade de São Paulo que foram habitados historicamente pelas comunidades negras, como o Bexiga originário do quilombo urbano do Saracura (no bairro da Bela Vista), Barra Funda e Lavapés (no bairro do Cambuci). Na transição do século XIX para o XX, a população negra, em busca de trabalho, concentrava-se nos cortiços e porões do velho centro de São Paulo, recém-abandonado pelos ricos, ao mesmo tempo em que novos núcleos iam surgindo literalmente aos pés das novas zonas ricas da cidade como é o caso dos bairros de Campos Elíseos e Higienópolis. O trabalho era fundamentalmente o serviço doméstico, uma vez que os imigrantes os haviam substituído nas ocupações antes executadas pelos negros livres.

De acordo com Rolnik (2017) em 1893 os imigrantes representavam 80% dos trabalhadores das atividades manufatureiras e artesanais, e habitavam os novos bairros de proletários (Brás e Mooca) que surgiram na cidade, exceção feita aos bairros do Bexiga, Barra Funda e Lavapés, cada um com suas especificidades e peculiaridades. Bexiga, em função do núcleo quilombola preexistente do Saracura e, posteriormente, essa comunidade negra serviu de mão de obra ao Barões do Café devido à proximidade da Avenida Paulista; na Barra Funda existia os armazéns da Estrada de Ferro fonte de trabalho ocasional, pois os negros alternavam o serviço ali com o carregamento de café no Porto de Santos. No início do século passado, as regiões do Lavapés e da Barra Funda eram as mais negras da cidade. Em suas habitações coletivas moravam as *tias* negras e seus clãs, que praticavam o jongo, macumba ou samba de roda como extensões da própria vida familiar, foram essas condições juntamente com os batuques familiares que ao longo do tempo foram se transformando em cordões de carnaval.

Os dados extraídos do Tabnet³ da prefeitura de São Paulo mostram que para o ano de 2010 a população de pretos e pardos para o distrito da Bela Vista, onde se localiza o Bexiga, é de 21,6%; na Barra Funda é de 15,7%; na Sé (centro) 38,35% e no Cambuci, onde se localiza o Lavapés, a população negra é de 21,13% do total de habitantes.

3

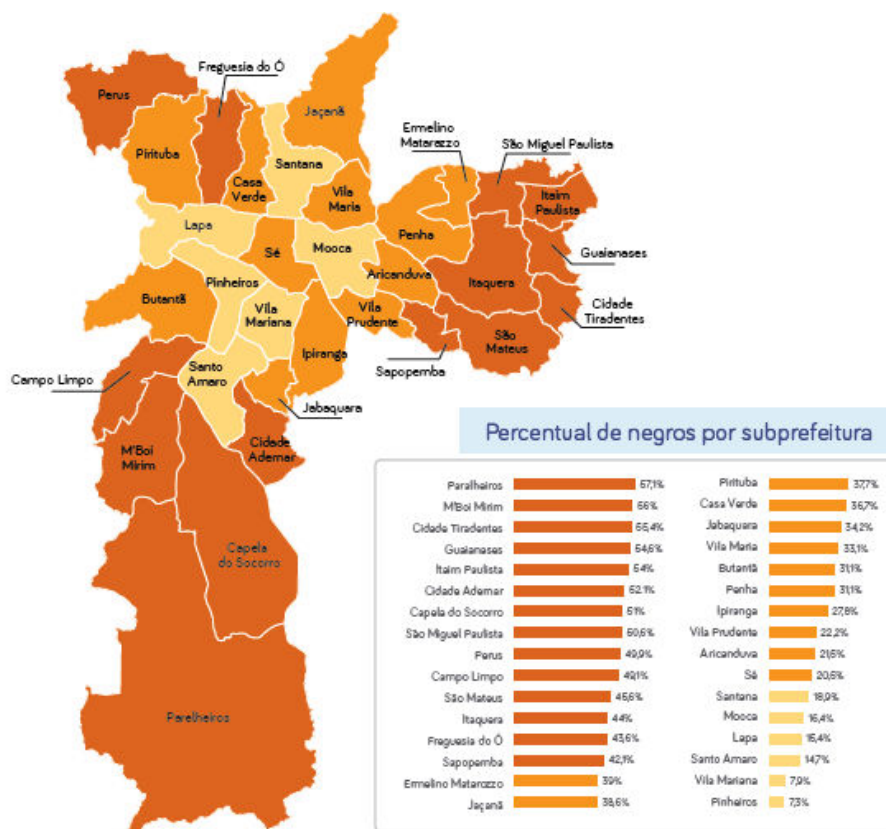
<http://tabnet.saude.prefeitura.sp.gov.br/cgi/deftohtm3.exe?secretarias/saude/TABNET/POPRC/poprc.def>

Submetido em Abril de 2016, Aprovado Junho de 2016, Publicado Jan 2017

Exceção feita a Sé, todos os demais distritos tem uma população negra abaixo da média da cidade que é de 37% e ainda mais distantes dos bairros periféricos com população negra por volta ou acima dos 50%.

A moradia na cidade de São Paulo de acordo com o Mapa 4 evidencia que os bairros com melhor infraestrutura urbana, oferta de empregos e oportunidades, os chamados bairros ricos, são habitados por moradores brancos em sua quase totalidade, como os bairros que compõem as subprefeituras de Pinheiros que possui apenas 7,3% de moradores negros e a Vila Mariana com 7,9%. Já nos bairros que compõem a subprefeitura de Parelheiros (periferia do extremo sul da cidade) a maioria da população é negra (57,1%), ou ainda, a Cidade Tiradentes (extremo leste) com 55,4% de negros em sua população.

MAPA 4 - CONCENTRAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA NA CIDADE DE SÃO PAULO POR SUBPREFEITURA



Fonte: SMPPIR

A pesquisa de Marques (2015) sobre os espaços sociais da RMSP para os anos 2000 levanta um conjunto de tendências que além de comprovar a forte segregação da Submetido em Abril de 2016, Aprovado Junho de 2016, Publicado Jan 2017

cidade de São Paulo, ainda evidencia o que o autor chama de “evitação social” preponderante nas classes superiores.

(...) é possível dizer que São Paulo é uma cidade bastante segregada, em especial no que diz respeito às classes superiores. As classes médias e inferiores são bem menos segregadas e tendem a coabitar espaços mais frequentemente, mas a estrutura da segregação indica uma clara hierarquia entre grupos, apontando para um padrão que poderíamos chamar de “evitação social” por parte das classes superiores. Ao longo da década, essa estrutura mudou pouco, tanto no que diz respeito aos indicadores de segregação, quanto no que tange à distribuição espacial da renda e das classes sociais. (MARQUES 2015: 198)

A população paulistana que se autosegrega pertence aos extratos mais abastados e vivem em bairros, como mostra o Mapa 4, com o predomínio de indivíduos brancos. Nesse sentido, França (2015: 248-249) afirma que, mesmo havendo um maior número de negros da universidade e uma melhoria da inserção profissional, a segregação determinada por raça e classe permanece inalterada no século XXI. A segregação por classe é mais forte entre os brancos, de outra forma, os negros de classes diferentes estão mais próximos entre si do que os brancos. Há um permanente isolamento dos brancos de classe alta em relação a todos os outros grupos, porém os que mais se aproximam deles são os brancos de classe média. A pesquisa de França ainda aponta que na classe média existe substancial afastamento entre negros e brancos. Já nas classes mais pobres existe uma maior proximidade residencial entre raças.

França (2015) explica que se não existisse as limitações impostas pelo racismo e a segregação fosse puramente pela condição de classe social, haveria grande proximidade de negros e brancos de cada uma das classes, e não apenas entre os mais pobres. Tal comportamento não se assemelha ao modelo típico das cidades estadunidenses, nas quais o principal fator de clivagem residencial é a raça.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A distribuição espacial da população na cidade de São Paulo é exercida por uma territorialidade ao mesmo tempo capitalista e elitista, pois obedece as normas e condições impostas pelo mercado imobiliário, o que para Vêras (2003: 25) “... é efeito de decisões de governo e de políticas públicas, sendo as áreas residenciais sujeitas à discriminação e à segregação socioeconômica, eventualmente étnicas, demonstrando que relações de força são associadas às relações de poder de compra/locação.” A autora segue afirmando que a desigualdade no território urbano se expressa não só pelas condições de moradia e do nível de vida de sua população, mas também pelos seus impactos produzidos no perfil

cultural e ocupacional de seus moradores. Impacto sobre aqueles que moram em áreas desprovidas de equipamentos públicos de lazer e de educação, precários serviços essenciais à vida individual e social.

A região metropolitana de São Paulo reproduz a estruturação da estratificação social do Brasil, uma segregação residencial por raça e classe. Telles *apud* França (2015: 249-250) indica que a sociedade brasileira poderia ser pensada a partir da clivagem entre uma classe média e alta de cor branca, e a classe pobre multirracial. O que Telles denomina de “relações verticais” ou relações sociais hierarquizadas segundo as desigualdades socioeconômicas e raciais. Também deve ser considerada a “distância social” determinada pela convivência ou não entre os diferentes grupos de classe e raça, denominado por França de “relações horizontais” no que tange a distância entre as moradias desses grupos raciais.

Sobre as relações sociais e o processo de sociabilidade do negro na cidade de São Paulo, a pesquisa de Silva (2017) identifica dois pontos importantes, o primeiro indica existir a experiência da sociabilidade, mas ela fica comprometida pela presença do racismo que se manifesta em todos os aspectos sociais. Os moradores da periferia afirmam ter uma maior sociabilidade com as pessoas onde vivem, mas a maioria sente as consequências da vida pobre e hostil em regiões onde é grande a violência, fator que compromete essas relações sociais. O segundo ponto, o negro que vive nos bairros mais ricos indicam haver maior hostilidade por ocuparem um lugar que não foi “destinado” a ele. Por outro lado, a autora identificou experiências de boa integração nos bairros de classe alta, no qual os moradores negros conseguem estabelecer relações cordiais, muito embora, alguns usassem a estratégia do “cuidado” para não “chocar” os da “elite” paulistana.

O modelo excludente de crescimento da cidade de São Paulo, historicamente empurrou os pobres e negros para a periferia da cidade, onde o custo da terra era mais barato, mais recentemente, a periferia estendeu-se para as cidades da RMSP, nas quais o custo da terra é ainda menor.

Préteceille (2015: 85) ao analisar a polarização social e a divisão espacial da cidade de Nova York, aponta que as causas dessa divisão espacial estão mais ligadas às divisões étnicas do que às divisões sociais, outra característica é que ambas não se superpõe completamente e não seguem a hierarquização que ocorre na Europa, onde as classes sociais mais pobres e que sofrem maior dominação, ou seja, as mais atingidas pelo desemprego, são na maioria os operários. Esse debate não é específico da cidade de Nova
Submetido em Abril de 2016, Aprovado Junho de 2016, Publicado Jan 2017

York, conforme diz Prêteceille, debate que se polarizou em torno da noção de *underclass*⁴, pois vários autores notaram que a concentração da população pobre e excluída era quase sempre negra isso evidencia um efeito mais racista do que oriundo do efeito produzido pelas relações econômicas em uma estrutura de classes. Outra hipótese transita em torno do fato de Nova York ter recebido diversos fluxos migratórios, portanto, parte da polarização é fruto de uma mão de obra informal e pouco qualificada. Essas duas abordagens convergem, segundo Prêteceille, para a ideia de que a evidente polarização e divisão espacial nova-iorquina “decorrem de outros princípios explicativos e não de um efeito direto da reestruturação econômica pela globalização”.

Analogamente à cidade de Nova York, a polarização social e a divisão espacial são nitidamente percebidas pelos moradores, contraste evidente na metrópole paulista. Os dados e informações já expostos mostram a periferia pobre composta por uma maioria de negros (pretos, pardos) e os nordestinos, que sofrem cotidianamente a discriminação em virtude da condição de raça e classe, inclusive em decorrência do local de moradia, principalmente, os bairros e comunidades periféricas, distantes e violentas. Em compensação, para Prêteceille, a polarização mais forte, em termos absolutos, “não é aquela observada nessas cidades, mas seu núcleo dominante estaria em oposição aos segmentos dominados da economia, aos lugares de execução, às regiões onde o lucro nasce da desestruturação”.

A organização do território da cidade de São Paulo, não seguiu interesses e prioridades sociais, mas sim, os interesses da classe dominante e do capital imobiliário, orientados por uma ideologia excludente-elitista que se autodetermina pela condição de raça e classe, na qual os mais pobres e negros devem ficar bem longe da “casa grande”, devendo adentrá-la somente os serviçais e subalternos “quase todos pretos” ou “os quase brancos pobres como pretos”. Aqui se faz clara alusão à letra da música Haiti⁵ de Caetano Veloso e Gilberto Gil.

⁴ "A formulação da *underclass* feita por Charles Murray baseou-se, em parte, na publicação do Relatório Moynihan em 1965, que realçou as desvantagens particulares dos negros norte-americanos e estabeleceu um elo com a prevalência de famílias sustentadas apenas por um dos pais. William Julius Wilson usou o mesmo documento como ponto de partida, mas desenvolveu seu raciocínio numa direção bem diferente da de Murray. Embora reconhecendo que certas áreas extremamente desprivilegiadas eram caracterizadas por altas taxas de paternidade solitária, elevadas concentrações de população negra e altos níveis de dependência da previdência social, Wilson preocupou-se em identificar suas causas estruturais em vez de considerar, como fez Murray, que representassem o fracasso moral de certos indivíduos". (SCOTT 2010)

⁵ Trecho da música Haiti. Letra de Caetano Veloso e composta por Gilberto Gil. Quando você for convidado pra subir no adro da Fundação Casa de Jorge Amado / Pra ver do alto a fila de soldados, quase todos pretos / Dando porrada na nuca de malandros pretos / De ladrões mulatos / E outros quase brancos / Tratados
Submetido em Abril de 2016, Aprovado Junho de 2016, Publicado Jan 2017

Referências

- BAPTISTA, D. M. T.; BORIN, M. E. S. *Organização social do território e desigualdade de oportunidades educativas*. In: BÓGUS, L. M. M.; PASTERNAK, S. (org.) São Paulo: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.
- BARROS, Ricardo Paes de, HENRIQUES, Ricardo, MENDONÇA, Rosane. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, nº 42, p. 123-142, fev. 2000.
- CALDEIRA, T. P. R. *Cidade de muros*. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.
- DIEESE. *Os negros no trabalho: desigualdade de rendimentos entre negros e não negros nos mercados de trabalho metropolitanos: uma visão setorial*. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/analiseped/2013/2013pednegrosmetEspecial.pdf> Acessado em: 11/07/2017(a).
- DIEESE. Inserção da população negra nos mercados de trabalho metropolitanos. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/analiseped/2016/2016apresentacaoNegros.pdf> Acessado em: 11/07/2017(b).
- FRANÇA, Danilo. Desigualdades e segregação residencial por raça e classe. In: MARQUES, Eduardo. *A metrópole de São Paulo no século XXI*. São Paulo: UNESP, 2015.
- MARQUES, Eduardo. *Elementos conceituais da segregação, da pobreza urbana e da ação do Estado*. In: MARQUES, Eduardo; TORRES, Haroldo. São Paulo: segregação, pobreza e desigualdade social. São Paulo: Senac, 2005.
- MARQUES, Eduardo. Os espaços sociais da metrópole nos anos 2000. In: MARQUES, Eduardo. *A metrópole de São Paulo no século XXI*. São Paulo: UNESP, 2015.
- PAUGAM, Serge. *A desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza*. São Paulo: EDUC/Cortez, 2003.
- PRÉTECEILLE, Edmond. Cidades globais e segmentação social. In: RIBEIRO, L.C. Q. e SANTOS JÚNIOR, O. A. *Globalização, fragmentação e reforma urbana*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrôpoles, 2015.

como pretos / Só pra mostrar aos outros quase pretos / (E são quase todos pretos) / E aos quase brancos pobres como pretos/ Como é que pretos, pobres e mulatos / E quase brancos quase pretos de tão pobres são tratados

ROLNIK, Raquel. *Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro*. Disponível em:

<<https://raquelrolnik.wordpress.com/1989/09/16/territorios-negros-nas-cidades-brasileiras-2/> Acessado em: 12/07/2017.

SCOTT, John. *Sociologia: conceitos chave*. Rio de Janeiro, Zahar, 2010.

SILVA, Maria Nilza da. *Território e raça: fronteiras urbanas numa metrópole brasileira*. Disponível em:

http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_837.pdf Acessado em: 12/07/2017.

SMPIR. *Igualdade racial em são paulo: avanços e desafios*. Secretaria Municipal de Promoção e Igualdade Racial do Município de São Paulo. 2015.

TELLES, Edward E. *Racismo à brasileira: uma perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

VÉRAS. M. P. B. *Diversidade: territórios estrangeiros como topografia da alteridade em São Paulo*. São Paulo: Educ, 2003.

VILLAÇA, Flávio. *Reflexões sobre as cidades brasileiras*. São Paulo: Nobel, 2012.